

passando de 140km para 1.212km (MATOS, 1990).

Por outro lado, a expansão da malha ferroviária não era apenas de interesse dos produtores de café. A essa época os países centrais já estavam na segunda Revolução Industrial, com ociosidade de capitais. Era fundamental que esses capitais encontrassem espaços de investimentos nas novas áreas periféricas que se incorporavam ao sistema capitalista. Uma solução encontrada pelos países industrializados foi construir ferrovias.

Outro aspecto importante foi a vinda da força de trabalho europeia empregada na cafeicultura com o apoio do Estado na Província de São Paulo, que em 1881 passou a financiar 50% das despesas de transporte, assumindo, em 1885, o total financiamento (COSTA, 1966). Esse fato foi responsável pelo desdobramento da acumulação de capital mercantil ao estabelecer um novo tempo histórico vinculado ao trabalho livre e à acumulação capitalista de capital. O complexo cafeeiro do Oeste Paulista sob vivenciar essa transição ao pôr a acumulação de capital mercantil gerada pela escravidão a serviço da sua revolução burguesa.

Além disso, a cultura do café também foi respaldada pelo início do setor público agrícola paulista, a partir das atividades em pesquisa do Instituto Agronômico de Campinas, em 1887, tendo como um dos seus idealizadores o ministro da Agricultura do Império, e também fazendeiro de café, Antônio Prado. Em seguida, surgiu a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1892; no âmbito desta, foi criada, em 1899, a revista técnica *Boletim da Agricultura* que divulgava dados estatísticos e informações aos produtores, às indústrias e ao comércio relacionados com a agricultura. Em 1898 foi criada a *Eschola Agrícola Prática* de Piracicaba, que se transformaria na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, a partir de 1925 (MARTINS, 1991; PINO et al., 2003). Em 1923, devido à infestação da broca do café, criou-se a Comissão de Estudos e Debelação da Praga Cafeeira, origem do Instituto Biológico, instalado em 1927, com denominação de Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal (INSTITUTO, 1971).

No plano político, destaque-se o pacto federativo, uma invenção dos líderes da independência americana, no final do século XVIII, para construir a unidade das colônias americanas recém-emancipadas da Inglaterra. No Brasil, ele surge com o Manifesto Republicano de 1870 e se consolida com a Constituição de 1891, desintegrando o Estado Imperial Unitário e permitindo a manifestação do poder regional. Foi nas brechas desse impulso regionalista que se engendrou, segundo Camargo (2001), um "federalismo caboclo" que se deformou e adaptou o Estado aos interesses das oligarquias regionais, que dominaram a primeira década do século XX, sobretudo, a oligarquia cafeeira do oeste paulista que muito bem soube aproveitar essa posição.

Apoiados nesses fatores antecedentes que lhe beneficiavam, os produtores de café, do oeste paulista, passaram, a partir da década de 1890, a trabalhar junto aos governos da República e de São Paulo por políticas econômicas que viessem beneficiar o negócio do café. Inicialmente com a política monetária que era restritiva aos interesses desse segmento econômico, tanto na expansão da base monetária, quanto aos juros cobrados. Essa situação se alterou, a política monetária direcionou-se às lavouras de exportação eliminando as restrições existentes (PELÁEZ, 1980).

Em seguida, destacaram-se as desvalorizações cambiais do início da República. Essas se constituíram em um poderoso estímulo à produção de café. Ao promover a queda do preço em moeda estrangeira, mantinha-o elevado internamente e com isso garantia lucratividade na cafeicultura, de modo que, ao final do século XIX, já havia excesso de produção. No entanto, sua permanência tinha efeitos danosos em outros setores da economia; encarecia as importações e afetava o imposto de importação, a principal fonte de receita governamental (OLIVEIRA, 1981).

Como consequência dessa situação formou-se um consenso nacional em favor da intervenção do Estado no mercado produtor de café, o que ocorreu com a eliminação do mecanismo pelo qual se dava proteção à renda dos cafeicultores: a contínua desvalorização da taxa de câmbio.